

## SOBRE REVITALIZAÇÕES E RECOMEÇOS: UM PROCESSO EM MOVIMENTO

Fazer ciência não é fácil! Estar envolvido com o fazer científico partindo das experiências dos pesquisadores é quase um destino! Quando nos encontramos cumprindo a exigência de explicar como o fenômeno do conhecer gera as perguntas do conhecimento conseguimos refletir sobre o que Maturana e Varela (1996) nos apresentaram de forma tão organizada. Ou seja, nós:

[...] operamos como observadores e fazemos distinções na linguagem. Descobrimos que nossa experiência é que nos encontramos a nós mesmos observando, falando e atuando e que qualquer explicação e descrição do que fazemos é secundária e nossa experiência de encontrarmos nós mesmos é de fazer o que fazemos (MATURANA; VARELA, 1996, p 52).

Assim, a revitalização da Revista de Estudos Interdisciplinares (CEI) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) na Universidade Federal de Alfenas – *campus* Varginha em Minas Gerais, (re)nasceu. Juntou as vontades de pessoas, que queriam essa recursividade e, que foram atraídos pela mão oculta de suas origens, conforme descreveu Maturana e Varela (1996). Esse vivificar e/ou revitalizar iniciou com um plano de trabalho da prof. Visitante do Programa de Pós-Graduação de Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), Dra. Margarete Panerai Araujo (UNIFAL) e com o interesse do prof. Dr. Jackson Souza (UFBA). Juntos, cabe considerar com a colaboração da prof. Dra. Claudia Adams (UNIFAL), editora-chefe até 2022/01, foram reunidos após alguns encontros, para apresentar ideias empíricas e não-empíricas de ressignificação à revista CEI. Essa complexidade permitiu mais um passo para todos nós, enquanto observadores desse processo de fazer ciência, para que possamos participar, colaborar com as estratégias que permitem a divulgação científica, artigos, comunicações de pesquisa, resenhas, estudos e entrevistas e que evoluam para o jogo múltiplo das interações e retroações, que está longe de esgotar as modalidades de publicações. Esse é o nosso esforço teórico, nossa relação sujeito-objeto, pesquisador e o objeto do seu conhecimento, segundo Morin (2015). Esse reinício já é uma unidade autopoietica agora, pronta para voltar às atividades.

É importante destacarmos que um fruto desse processo de revitalização é o fato de a revista CEI ter se aberto a uma publicação de Divulgação Científica. Entendemos que os artigos de DC possam contribuir para além da popularização de termos e

metodologias científicas. Acreditamos que a partir do momento que leitores não especializados entram em contato com determinadas informações, transformando-as em conhecimento, eles podem passar a ressignificar suas próprias realidades e traçar novos destinos para si, já que a própria DC se constitui de uma instância subjetiva capaz de promover esses aspectos em seus sujeitos de interlocução (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, a produção de um texto de DC não é uma tarefa fácil, especialmente por não ser uma tarefa rotineira na vida de pesquisadores que possuem, a princípio, interlocutores especializados, ou que entendem como se constrói e se constitui o conhecimento científico. Conceber um texto de DC requer que o autor mobilize aspectos culturais para produzir pontes entre a informação e o leitor; requer que o texto fuja aos jargões científicos e que, ao mesmo tempo, não caia no engano de ser um texto simples; requer que o autor ao explicar e pontuar fatos, teorias e pesquisas científicas não as simplifique a ponto de torná-las vulgar, simples ou inexistente; requer entendimento de como os sentidos circulam, se produzem e se (re)significam em uma sociedade hiper conectada; por fim, requer que o autor fuja à proposição de um leitor médio e parta do princípio que o óbvio nunca é tão óbvio.

Em um momento histórico bastante particular, em que há desinformação generalizada, o aumento de notícias falsas, pensamentos anti e pseudocientíficos, nos parece que a DC se apresenta como uma ferramenta fundamental para repensar os caminhos que a ciência faz atualmente. Caminhos esses que podem se afastar de uma classe elitizada e se aproximar de um leitor não especialista, bastante próximo daquele imaginado por José Reis, em 1947. Acreditamos que essa aproximação entre autor e leitor, ainda que de maneira, por vezes, imagética, possa produzir novas perspectivas não apenas para os leitores, mas também para os próprios pesquisadores-autores.

Outro fato a se comemorar desse processo de revitalização é a composição interinstitucional do nosso conselho editorial. Temos atualmente 4 instituições representadas, a saber: Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de São Paulo e Instituto Federal do Sul de Minas. Temos em vista que essa confluência entre pesquisadores, professores e instituições poderá nos proporcionar maior inserção entre outros meios e modos de comunicação e divulgação científica, além de estarmos na corrente das diretrizes de avaliações de periódicos científicos, que preconizam que o corpo editorial deva ser diverso e plural.

Todo esse processo de revitalização está sendo coroado com a publicação deste número especial, que torna público os trabalhos selecionados pela coordenação da Especialização em Gestão Pública Municipal da UNIFAL-MG. Aqui, cabe um agradecimento especial ao professor Luiz Antônio Staub Mafra, que nos encaminhou o pedido desta edição, que foi acolhida por nosso conselho editorial com bastante entusiasmo e alegria.

Os artigos publicados nesta edição apontam diversas necessidades do ponto de vista da administração municipal em relação a determinados locais. Abrimos este número com o artigo “*Gestão de serviços do SUAS: desafios e potencialidades no contexto de um município do interior de São Paulo*”, que foi elaborado pelos autores Aline Gomes da Silva Pimentel e Adílio Renê Almeida Miranda. A ênfase do estudo foi a Gestão Pública da Política de Assistência Social com o objetivo de analisar a percepção de gestores dos serviços socioassistenciais em um município verificando avanços e desafios. Trouxeram reflexões sobre as demandas contemporâneas, e seu formato de gestão, além dos níveis de atuação (exemplo CRAS e CREAS). O resultado das entrevistas efetuadas apontou dificuldades para execução do trabalho principalmente junto a população e a gestão do território. A pesquisa objetivou ainda contribuir com elementos reflexivos e as entrevistas efetuadas abordaram categorias a partir dos discursos dos participantes. O artigo conclui sobre a gestão de equipe, gestão de território, e de uma ausência de vigilância socioassistencial além das dificuldades com fluxos desafiadores. Os autores concluíram que a desburocratização e a informatização foram positivas nesse processo.

Em sequência, temos o trabalho “*Fundação Educacional De São José Do Rio Pardo: entre o privado e o público*” produzido por Ana Beatriz Feltran Maia e Weslly Carlos Ribeiro. Os autores destacaram a trajetória de uma instituição de Educação, demonstrando nos dados as relações institucionais desde a sua fundação pública de direito privado para posteriormente tornar-se uma fundação autárquica. Nessa trajetória foi possível identificar através da historiografia efetuada, os principais problemas judiciais e as mudanças ocorridas em termos de gestão da entidade. Os autores concluíram o estudo através de uma análise documental destacando as regras da Administração Pública e do Direito Público, além das questões trabalhistas.

Dando continuidade, o trabalho “*Licitação pública: Uma análise sobre dúvidas e dificuldades em prefeituras municipais de pequeno porte da mesorregião sul e sudoeste de Minas Gerais*”, feito por Priscila de Vito Catini e Helio Lemes Costa Junior envolveu vinte e três prefeituras de municípios mineiros. Para os autores, compreender as dúvidas e as dificuldades diante dos processos licitatórios é fundamental para que os agentes envolvidos consigam saná-las, ampliando, assim, a qualidade dos materiais e serviços licitados, a cotação de preços e, ainda, o número de fornecedores. Em seus resultados, Cantini e Costa Junior defenderam o investimento em capacitação e a formação de um banco de dados para que as prefeituras possam reduzir suas dificuldades durante os processos das licitações.

Na sequência, temos o trabalho “*Motivos de cancelamento de licitações em uma sociedade de economia mista no interior de São Paulo*”, elaborado por Tatiane de Paiva Carvalho e Cláudio Roberto Caríssimo. O artigo buscou apresentar as etapas fundamentais do processo licitatório e, como o título sugere, os motivos que levaram ao seu cancelamento. Para tanto, foi utilizada uma análise exploratória que contou com a Análise de Pareto, com a estatística descritiva e com a Técnica dos Cinco Porquês. Nesse estudo, os autores constataram que mais de 70% dos cancelamentos, dentre os casos analisados, poderiam ser evitados se houvesse melhor planejamento de três elementos fundamentais: pesquisa de preços, realidade do mercado e especificações de produtos.

O trabalho “*Gestão por competências nas Câmaras Municipais*”, tem como autores André Guarda Rezende e Aline Lourenço de Oliveira. Esse estudo conduziu uma revisão teórica sobre o modelo de gestão por competência em ambientes públicos, em especial nas câmaras municipais, com o objetivo de compreender a importância da gestão por competências nesse ambiente. Segundo os autores, no Brasil, os modelos de gestão por competência em câmaras municipais destacam a necessidade de comunicação entre as áreas de gestão de pessoas e as “escolas do legislativo”. Assim, os autores consideram que esses modelos possuem dificuldades inerentes à própria complexidade do método, e que deve ser considerada como um desafio a ser enfrentado.

O artigo elaborado por Bruno Ferreira de Castro e Alinne Alvim Franchini, com o título “*Teletrabalho na secretaria municipal de Saúde de Belo Horizonte: Um recorte da percepção do teletrabalho nos Recursos Humanos*”, verificou como seu deu o teletrabalho na Diretoria Estratégica de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde da

Prefeitura de Belo Horizonte, durante a pandemia de Covid-19, bem como analisou as consequências para os servidores que atuaram durante esse evento. Para tanto, os autores aplicaram questionários dos quais foram analisados 25, em que 20 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino, com faixa etária entre 33 e 44 anos. Os resultados obtidos permitiram apresentar a situação dos servidores perante os desafios do teletrabalho, além de destacar aspectos relacionados à produção e satisfação com relação às demandas trabalhistas.

Em sequência, o artigo “*Judicialização da Saúde em Boa Esperança*”, elaborado por Lauane Silva Reis e José Roberto de Andrade Porto Júnior, discute a judicialização da saúde no município de Boa Esperança-MG. Para tanto, os autores coletaram dados de pesquisa por meio de solicitação direta à Secretaria de Saúde do referido município. Como resultado, destaca-se que houve em Boa Esperança- MG o ajuizamento de 32 ações no ano de 2021 para solicitação de medicamentos, com fornecimento determinado ao município em 25 delas, em que dezenas de famílias foram, por meio destas ações, beneficiadas com a efetivação judicial do direito fundamental à saúde. Reis e Porto Júnior concluem que a institucionalização da judicialização da saúde gerou a necessidade de rearranjos no planejamento orçamentário municipal e oportunizou aprendizados na relação Município e sociedade.

Para fecharmos este número, contamos com o trabalho “*Mudanças nas políticas do Núcleo Ampliado Saúde Da Família: Impactos e percepções nas equipes da Atenção Primária*”, que tem como autores Simone de Fatima Soares da Rocha e Luis Antônio Staub Mafra. Nesse estudo, o objetivo geral foi identificar e analisar os desafios enfrentados pelas equipes da Atenção Primária à Saúde diante da publicação da Portaria 2.979 e a Nota Técnica no 3, trazendo à tona a discussão sobre os conceitos de Burocracia em Nível de Rua. A partir da percepção dos profissionais participantes da pesquisa, os autores puderam perceber que houve mudanças significativas no formato do trabalho do Núcleo Ampliado Saúde da Família, as quais impactaram principalmente a atuação das equipes Estratégias Saúde da Família que estão nos territórios lidando diariamente com as demandas da população usuária do serviço.

Com esses artigos propostos, resultado do trabalho de pesquisa, indicamos a leitura lembrando que essa é nossa primeira “cronologia histórica”...muitas virão e todos

com esse nosso esforço teórico. Tudo isso é um desabrochar... é um processo em movimento!

O esforço teórico do qual indicamos o movimento, ao desembocar naturalmente na relação sujeito-objeto, desemboca ao mesmo tempo na relação entre pesquisador e objeto de seu conhecimento: ao trazer substancialmente um princípio de incerteza e de autorreferência, ele traz em si um princípio autocrítico e autorreflexivo (MORIN, 2015, p. 44).

Agradecemos a todas as Universidades envolvidas. Principalmente os que compõem o Conselho Editorial, Conselho Científico, aos autores e principalmente aos leitores.

Jackson Wilke da Cruz Souza  
Margarete Panerai Araújo  
Lidia Noronha Pereira  
Gislene Araújo Pereira

### Referências utilizadas

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **El árbol del conocimiento** las bases biológicas del conocimiento humano. Madrid: Debate, 1996.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ed. Tradução de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SOUZA, J. W. da C. A divulgação científica cindida entre a objetividade e subjetividade: algumas reflexões e contribuições. **Trem de Letras**, v. 8, n. 3, p. e021004, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/1773>. Acesso em: 01/11/2022.